

FRONTEIRA

O sonho acabou

Para a maioria das pessoas que se mudou para a Amazônia e para as que nela sempre tiveram sua moradia, o sonho da fronteira como o lugar da realização dos sonhos se frustrou. É o que mostra o Atlas do Desenvolvimento Humano. A região cresceu menos do que o resto do país e o que produziu vai parar nas mãos de cada vez menos gente. Ao invés do paraíso perdido, o inferno antevisto.

O sonho da fronteira acabou: depois de quatro décadas de avanço das frentes econômicas, a Amazônia ficou exatamente igual ao Brasil mais antigo, ou pior. O Atlas do Desenvolvimento Humano, lançado no início do mês, mostra que a região cresce menos do que as outras regiões brasileiras, que a buscam como área de expansão, e o produto da atividade produtiva é partilhado por um número cada vez menor de pessoas.

Se a concentração econômica é a grande e estigmatizante marca do Brasil do século XX, em sua maior fronteira de recursos naturais esse sinete se tornou ainda mais forte. Deixando de ser a ilusão do paraíso perdido, como Euclides da Cunha a viu no início do século XX, ela chegou ao limiar do novo século mais próxima do inferno humano e ecológico, ainda passível de atenuação, mas já visível no horizonte da rotina.



**JUSTIÇA
AJUDA
PISTOLEIRO
(Pág. 7)**

Para que pudesse render economicamente para o país, cumprindo uma agenda que já veio fechada, com uma pauta previamente estabelecida, a Amazônia perdeu nessas quatro décadas 17% do seu bem mais nobre e valioso, a floresta. O desmatamento atingiu, na região, área equivalente ao dobro de São Paulo, onde se concentrou mais de um terço da riqueza nacional. Os 570 mil quilômetros qua-

drados que foram transformados pela ação dos colonizadores, entretanto, não resultaram em desenvolvimento para os nativos, seja os de nascimento como os de adoção. De promessa de futuro, a Amazônia está sendo despejada para o clube dos mais pobres Estados da federação, o Brasil nº 3, o enfeitado.

Conforme os dados do Atlas, elaborado em conjunto pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), Ipea (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas) e Fundação João Pinheiro, todos os Estados da Amazônia (a Clássica como a Legal) tiveram desenvolvimento – entre 1991 e 2000 – abaixo da média nacional. O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do Brasil na década cresceu de 0,696 para 0,766 (o máximo é 1). Todos os 27 Estados também cresceram, mas o ritmo amazônico foi menor do que o desempenho médio. O Nordeste acompanhou-o. Os Estados nordestinos mais assolados pelas secas se fundiram com os Estados amazônicos mais pobres nesse Brasil de terceira classe.

O Pará, Amazonas, Acre e Tocantins estão nessa faixa mais pobre, na companhia de (pela ordem) Pernambuco, Sergipe, Ceará, Bahia, Piauí, Paraíba, Alagoas e Maranhão. No segmento intermediário de desenvolvimento estão, também em escala decrescente, Amapá, Roraima, Mato Grosso e Rondônia.

O mapa da evolução espacial do desenvolvimento explica a razão da melhoria do IDH em todo o território amazônico: atividades produtivas em áreas pioneiras exerceram um efeito exponencial que se irradiou pela vizinhança, antes destituída de fontes de renda. No entanto, é cada vez menor o número de pessoas que se beneficiam desse rendimento. Em 1991 apenas Roraima apresentava um índice de Gini (da concentração da renda) acima de 0,65 ou mais (o máximo de concentração é 1). Em 2000 aconteceu exatamente o inverso na Amazônia: Roraima, o único Estado (da região e de todo país) que apresentou melhoria da concentração, tinha Gini entre 0,61 e 0,62, igual ao de Rondônia, enquanto todos os demais Estados passaram para a faixa mais grave, a mesma da qual faziam parte apenas os Estados nordestinos.

O Pará, o Estado com a maior população, o maior PIB, o segundo maior território e a mais diversificada pauta de recursos (e de produtos) econômicos, é o caso mais grave de concentração da renda (como da maioria dos demais sub-índices do IDH). O Estado apresenta, ao mesmo tempo, os maiores índices nos dois extremos da pirâmide: o dos mais ricos e o dos mais pobres. Era o 10º em concentração da riqueza em 1991:

10% dos mais ricos detinham 51,7% da riqueza estadual. Tornou-se o 9º pior em 2000: esses mesmos 10% já abocanhavam 54,7% da renda do Estado. Os 20% mais pobres, que só tinham acesso a 2,6% da renda total em 1991, no ano 2000 ficaram com tão-somente 1,5% (o Estado passou do 8º para o 7º lugar entre os de maior pobreza).

A deterioração, porém, não é apenas de renda. O que os técnicos chamam de vulnerabilidade, com base no IDH (que mede a expectativa de vida, as condições de trabalho e o nível de escolaridade), se alastrou pela região junto com as cunhas migratórias. Excetuado o Amazonas (que tem metade da sua população enquistada em Manaus), em todos os demais Estados amazônicos cresceu o trabalho infantil, em níveis que só têm paralelo com os nordestinos.

A região é líder na quantidade de crianças fora da escola (sendo a educação, em geral, a razão principal para o crescimento constante do IDH, mais do que renda e expectativa de vida, embora deva-se rezear pela qualidade desse ensino). O Pará é responsável pelo quinto índice mais grave em todo país, passando à frente de Alagoas, que havia sido o Estado campeão do trabalho infantil em 1991.

O abandono e o isolamento são causas de desempenhos sofríveis de certos municípios da Amazônia. Jordão, no Acre, tinha o segundo pior índice de desenvolvimento humano (0,475) em 2000, abaixo apenas de Manari, em Pernambuco (0,467), e o maior percentual de analfabetos (60,66%), acima apenas de Itamarati, no Amazonas (59,95%). Centro do Guilherme, no Maranhão, ficou em quinto lugar nesse item, mas ocupava constrangedora primeira posição em matéria de renda per capita (cada um de seus moradores recebia, em média, R\$ 28,38, para um salário mínimo de R\$ 150).

Problema apenas do sertão? Ledo engano. Belém, a metrópole da Amazônia, foi a que mais perdeu posições na relação do IDH metropolitano: ocupava o 13º lugar entre as regiões metropolitanas brasileiras em 1991; despencou para a 25ª posição em 2000. É um desempenho aviltante, independentemente de saber quem é o responsável (na eterna queda-de-braço entre a prefeitura municipal petista e o governo estadual tucano) ou se vai mudar a partir de agora. Ainda que mude – e para bem melhor – talvez não se chegue em 2009 na posição de 1991.

Se o modelo de ocupação da Amazônia é colonial, espoliativo e concentrador (e é realmente), as elites o agravam

ainda mais com sua inação ou sua participação predatória, como abutres na carcaça. O Maranhão do ex-presidente e senador José Sarney tinha a menor IDH em 1991 (0,543) e continuou a ter o menor IDH (0,636) em 2000, enquanto a média nacional nesses dois anos foi de 0,696 e 0,766. Já Alagoas, do ex-presidente Fernando Collor de Mello, é o Estado brasileiro mais desigual, onde os 10% mais ricos ficam com 58% da renda.

Os defensores intransigentes da Zona Franca de Manaus precisam ser mais receptivos às relativizações: o Amazonas perdeu três posições entre 1991 e 2000, caindo do 13º IDH para o 16º. Seu índice cresceu, de qualquer maneira, mas a uma taxa inferior ao da média regional. Foi, aliás, a perder posição. E os péssimos indicadores no interior fazem pensar nos estragos que resultarão de uma crise maior da Zona Franca de Manaus, ou da insuficiência de seu dinamismo como fator de dispersão de efeitos.

Fariam bem as elites em refletir sobre o distorcido espelho que colocaram diante de si e o povo, em geral, de sair da resignação. Melhorar o perfil da Amazônia ainda está ao alcance de todos, mas se o desafio for assumido logo. Não há muito tempo para começar.

O desenvolvimento na Amazônia

	IDHM	
	1991	2000
Mato Grosso	0,685	0,773
Amapá	0,691	0,753
Roraima	0,692	0,746
Rondônia	0,660	0,735
Pará	0,650	0,723
Amazonas	0,664	0,713
Tocantins	0,611	0,710
Acre	0,624	0,697



Pobre Manaus

Desde o final do mês passado, duas novas usinas termelétricas, que originalmente deviam ter sido instaladas no Ceará, fornecem energia para Manaus. Graças aos seus 56 megawatts, a capital da zona franca não está sofrendo racionamento. O equilíbrio é precário e custoso. Para que as térmicas entrassem em operação, o governo federal precisou investir 16 milhões de reais. O custo da geração será subsidiado porque a Manaus Energia, subsidiária da Eletronorte, é deficitária.

Arranjo em cima da hora para poupar o manaoara de mais sofrimento. O suprimento de energia para Manaus é um exemplo de irracionalidade e incompetência. A hidrelétrica de Balbina, com capacidade nominal de 250 MW, não resolveu o problema nem quando entrou em operação. De lá para cá, sua potência firme tem sido declinante. Em termos de energia média, ela já deve ter deixado de ser a fonte principal de energia da cidade, que concentra metade da população do Estado. E custou (sem incluir juros depois da construção) algo em torno de um bilhão de dólares.

Uma capital estadual com 1,3 milhão de habitantes já merece um tratamento energético melhor. E mais sério.

Educação ruim

A Amazônia está ficando para trás em matéria de educação, apresentando situação melhor apenas do que a do Nordeste, que continua a ser um gueto nacional. É o que mostram as estatísticas da pesquisa anual do IBGE, o Pnad/2002. Os números do Norte do país já são graves, mas seriam piores se o IBGE, nesta região, não tivesse limitado seus levantamentos à população urbana. Certamente os indicadores na área rural fariam as estatísticas caírem ainda mais.

Entre 1999 e 2002 as matrículas no ensino superior no Norte aumentaram apenas 5,8%, ficando em menos de 240 mil universitários. No Centro-Oeste, que teve o segundo menor crescimento, o incremento foi de 9,4% (com quase 400 mil alunos nas universidades) e no Nordeste foi de 16,9% (aproximando-se de 700 mil universitários). A taxa no Sul foi de 18,9% e no Sudeste (passando de dois milhões de universitários, num total de 4,1 milhões no Brasil) foi de 49%. Esses números mostram a acentuação da concen-

tração das universidades nas áreas mais modernas do país.

A porcentagem de crianças e jovens, entre 5 e 17 anos, nas escolas é quase a mesma no Brasil inteiro, mas o Norte tem a menor proporção, de 88,8%, contra 88,9% de Centro-Oeste e Sul, 89,6% do Nordeste e 91,8% do Sudeste.

Quanto a analfabetos, o Nordeste tem, disparado, essa triste liderança: 21,4% dos seus habitantes são analfabetos, o dobro do índice nacional. De cada cinco nordestino, um é analfabeto. São quase oito milhões na região (e mais de 17 milhões no Brasil), a desafiar o compromisso do presidente Lula de erradicar o analfabetismo no país ao longo do seu mandato, uma nódoa em qualquer projeto de civilização, a torná-la iníqua. A Amazônia tem o segundo maior índice de analfabetismo, de 9,1%. Vêm atrás o Centro-Oeste (8,7%), o Sudeste (6,5%, produto, principalmente, da desatenção ao migrante pobre e às periferias, despejadas na clandestinidade) e Sul (6,1%).

Os municípios mais desenvolvidos

Belém e Ananindeua, os dois municípios de maior população, têm os melhores IDHs do Pará. A partir daí, as posições seguem outras variáveis. Santarém, terceiro mais populoso município, tinha o 12º IDH em 1991. Melhorou muito em 2000, alcançando, porém, a 7ª posição. Barcarena tem o 3º melhor índice em função do pólo industrial de alumina/alumínio e de caulim. Novo Progresso vem em seguida por causa das atividades madeireira e pecuária. A posição de Tucuruí, a quinta, se deve à hidrelétrica. O maior salto foi dado por Tucumã, que passou de 48º em 1991 para 6º em 2000. Desempenhos notáveis também de Sapucaia (de 29ª para 16ª) e Rio Maria (54ª para 20ª). Em compensação, Soure baixou de 6º lugar para 18º e Xinguara de 8º para 13º. Desempenhos acompanhados por Santa Isabel (de 13º para 19º), Bannach (de 15º para 40º), Salvaterra (de 16º para 23º) e Marabá (20º para 24º). Marituba, na Grande Belém, caiu de 18º para 26º, enquanto Benevides subiu de 35º para 29º. Mas ambas evidenciando a concentração do desenvolvimento da região metropolitana.

Abaixo, os 20 maiores IDHs do Pará em 1991 e 2000:

IDH		IDH	
1991		2000	
Belém	0,767	Belém	0,806
Ananindeua	0,733	Ananindeua	0,782
Barcarena	0,695	Barcarena	0,768
Novo Progresso	0,692	Novo Progresso	0,760
Tucuruí	0,679	Tucuruí	0,755
Soure	0,676	Tucumã	0,747
Castanhal	0,673	Santarém	0,746
Xinguara	0,668	Castanhal	0,746
Redenção	0,663	Almeirim	0,745
Capanema	0,663	Redenção	0,744
Almeirim	0,662	Parauapebas	0,741
Santarém	0,661	Salinópolis	0,740
Santa Isabel	0,657	Xinguara	0,739
Parauapebas	0,657	Altamira	0,737
Bannach	0,657	Vigia	0,731
Salvaterra	0,654	Sapucaia	0,730
Vigia	0,649	Capanema	0,729
Marituba	0,649	Soure	0,723
Salinópolis	0,639	Santa Isabel	0,721
Marabá	0,639	Rio Maria	0,718

O valor dos ideais

Sou contra a indenização de anistia-do, uma espécie de seguro político. Se alguém foi prejudicado em seu trabalho pela ação do Estado, deve pedir na justiça reparação. Há uma ação própria para o caso. O governo podia intervir tornando o rito sumário. E só. Quem se opõe a um governo ou a um regime está consciente de que não vai para um piquenique. Se a litigância derrapou para a perseguição aberta, em todos os níveis, prejudicando parentes e agregados da vítima, à justiça compete averiguar o problema e dar-lhe um destino favorável ao prejudicado. Pagar-lhe uma indenização me parece uma distorção.

No entanto, três mil opositores do regime militar já receberam, recebem ou aguardam para receber indenização já deferida, entre eles os dois últimos presidentes da república, o professor Fernando Henrique Cardoso e o operário Luiz Inácio Lula da Silva, de um total de 20 mil que pleitearam do governo o benefício. Há uma lei amparando-os, mas o Ministério da Justiça é quem faz a triagem, caso a caso. Pode acertar muito, mas errará muito também. Pode errar de boa fé, mas também pode acertar com fins escusos ou fisiológicos.

Essa bacia das almas faz mal à história do país e até mesmo à sua corrente de opositores e divergentes dos regimes políticos. É uma tristeza constatar que o Brasil é um país dado a perseguir idéias e reprimir ideais. Mas essa história não ficará melhor apenas porque um grupo de injustiçados (e certamente a menor parcela deles) levou para casa uma grana para compensar o que sofreu. A monetarização de conceitos éticos, morais e políticos envilece sentimentos de outra estatura.

O caso dos guerrilheiros mortos no Araguaia é um exemplo. O governo Lula está protelando, e protelando de forma vergonhosa, um direito das famílias desses jovens: encontrar seus corpos e enterrá-los com dignidade. Não precisa ir à letra da lei para funda-

mentar esse direito. Qualquer psicanalista amador sabe que sem o luto o morto permanece fantasma e os que ficaram não desfazem o nó que os atrela além da vida. É elementar solidariedade humana dizer onde foram enterrados esses guerrilheiros e entregar seus corpos aos parentes. E ponto final.

Mas aí entra a questão da indenização. As famílias terão que ser ressarcidas? Quais as conseqüências da entrega dos corpos, como compromisso do Estado para com essas pessoas?

É aí que esse mal-entendido mais se torna um despropósito. A guerrilha do Araguaia já devia ter-se tornado matéria de história. A anistia, concedida em 1979, devia ter-lhe tirado o sentido de libelo, reparação, ajuste de contas. O Brasil precisa lançar-se objetivamente sobre um acontecimento que parece, notoriamente, de superdimensionamento, tanto do lado dos vencedores (de Pirro) quanto dos derrotados (já derrotados em seus erros antes de serem liquidados numa generalizada queima de arquivo).

Para isso, é preciso partir de dois pressupostos: os corpos devolvidos a quem de direito para arrematar o luto e cumprir o rito de passagem, e a indenização cancelada, dando aos fatos que passaram o selo de coisa histórica. Aí, talvez, de novo, o Brasil se surpreenda por ver, num suposto momento de drama e tragédia, mais uma comédia de erros de sua elite. Tanto os jovens idealistas de esquerda, que se transportaram de suas cidades para o teatro de operações, no "sertão", onde montariam o foco da revolução, como os comandantes militares de direita, à frente dos seus jovens soldados, igualmente urbanos, não sabiam o que iam enfrentar e o que sabiam era, no mais das vezes, pura fantasia. O Brasil continua a ser um desconhecido – ou uma incógnita – párea o Brasil. Seja em Canudos, na Coluna Prestes, no Contestado como no Araguaia, terra da bandeira verde e não da bandeira vermelha.



Campo em chamas

Um dos exercícios intelectuais a que frequentemente me dedico é imaginar como teria evoluído a Rússia czarista se os nobres tivessem dado crédito de confiança ao Conde Stolypin. Convencido de que a razão da letargia de seu poderoso país estava amarrada ao imobilismo no campo, o conde quis fazer uma reforma agrária para valer, capaz de modernizar a agricultura russa. Mas foi sabotado pelos seus pares. Eles certamente perderiam os anéis com Stolypin, mas perderam muito mais com os bolcheviques (sinceramente preocupados com os camponeses, é verdade, mas incapazes de entendê-los).

O conde russo me veio à memória enquanto lia as estatísticas divulgadas pela Comissão Pastoral da Terra duas semanas atrás. Há quem questione o rigor dos números e dos conceitos usados pela CPT, sempre sujeitos a inconsistência metodológica. Mas não vou me dar a esse trabalho: aceitá-los-ei como estão. O que eles sugerem? Indicam que papá Lula recebe de braços abertos os sem-terra, enverga-lhes o boné, promete-lhes cumprir a reforma agrária incluída como item de programa eleitoral, mas o governo do PT limita-se, no básico, a não reprimir essa energia liberada.

Isso não é pouco se lembrarmos da ferocidade de outros governos, flagrantemente parciais aos proprietários rurais. Mas isso é também brincar com o fogo – dos outros, naturalmente. Não muito propensos a metáforas, os donos da terra interpretam a simpatia presidencial como cumplicidade maliciosa. Tratam, então, de colocar os cachorros na rua, a maioria deles portando pistolas ou espingardas. A ampliação do confronto e seu crescente saldo de sangue são previsíveis. Já estão ocorrendo.

Segundo a CPT, até setembro, as ocupações cresceram quase 75% e o número de acampamentos quase triplicou. Em compensações, houve 84% mais despejos, 41% mais prisões e 100% mais assassinados, sendo o Pará o campeão, com quase dois terços dos casos registrados, 80% a mais do que em 2002.

Vai voltar a lei da selva, com o mo-cinho homiziado em Brasília, ou sabe-se lá onde?

Soja

A soja já se estabeleceu na Amazônia e a perspectiva é de que tenha um rápido incremento nos próximos anos na região. A Embrapa, que apostou firme na cultura, já desenvolveu uma semente adaptada ao clima amazônico, de muitas chuvas. Já os adeptos da soja transgênica fizeram-na penetrar na região através de seu Estado mais setentrional, Roraima, de contrabando. Assim, antes de ser escrita, a história já estará feita.

Eleição: à espera do tiro de largada

A disputa eleitoral em Belém entrou em banho-maria. Tudo vai depender de duas decisões: se a senadora Ana Júlia Carepa aceitará ser candidata à sucessão de Edmilson Rodrigues pelo PT e se o ex-governador Almir Gabriel assumirá sua candidatura pelo PSDB. Em todas as pesquisas feitas até agora, pela ordem, eles são os preferidos, à distância de outros pretendentes de expressão, como o senador Duciomar Costa, do PDC. O PMDB não tem candidato a prefeito, embora o deputado Vladimir Costa continue se insinuando como tal.

Se Ana Júlia e Almir Gabriel decidirem sair candidatos no próximo ano a prefeito da capital, dificilmente outro nome poderá aparecer como zebra. Sem a senadora, o PT não tem uma alternativa à altura do ex-governador tucano, não só por falta de densidade eleitoral própria das hipóteses possíveis como por incapacidade de todas elas de unir tantas dissidências internas. Ironicamente, esses rachas deixaram o prefeito Edmilson Rodrigues sem condições de fazer o seu sucessor. O máximo que ele pode pretender é indicar um vice de sua tendência, a Força Socialista, caso o PT forme uma chapa "pura", possibilidade que a direção nacional do partido quer ver expurgada da disputa do próximo ano, já pensando na reeleição de Lula.

Mesmo sem se envolver diretamente nas articulações, Edmilson espera que Ana Júlia saia candidata. Em primeiro lugar porque quem sobe para o lugar dela, o suplente de senador, é da Força. Em segundo lugar, porque, disputando agora a PMB, Ana Júlia deixará de ser aspirante ao governo do Estado em 2006. Edmilson ainda tem alguma pretensão de guardar fôlego para essa ocasião, embora a cúpula petista acredite que só lhe restará tentar a Câmara Federal.

O nome mais forte para o governo é o deputado Paulo Rocha, responsável direto pela formação da esmagadora maioria dos diretórios municipais do partido (embora ele ainda não esteja em todos os 143 municípios paraenses, como pretendia) e o negociador onipresente em todas as negociações, tanto as políticas quanto as de liberação de verbas federais, especialmente as do Banco do Brasil e do Banco da Amazônia (que começaram a ter uma inclinação partidária, paralelamente à adoção de critérios técnicos na concessão de créditos).

Assim como Almir Gabriel, Ana Júlia jura que não será candidata, mas examina com atenção, cuidado e paciência a questão. Para ela, ir para a disputa eleitoral no próximo ano acarretará duas consequências. Uma, será cancelar ou adiar seu sonho maior: disputar o governo do Estado. Ela dispensou o cavalo selado que passou à sua frente no ano passado. Analisando retrospectivamente a eleição de 2002, é impossível não chegar à conclusão de que ela seria uma candidata muito mais forte do que a atual diretora da ADA (Agência de Desenvolvimento da Amazônia), Maria do Carmo. E que provavelmente venceria Simão Jatene.

Ana Júlia pagou caro por não ter decidido correr os riscos dessa disputa. E agora, que a taxa de risco parece ser a mesma, ou talvez maior? Estará disposta? Não será melhor esperar por 2006, mantendo-se em evidência no Senado até lá? Mas se fizer essa opção, ela já sabe a quem terá que enfrentar: Paulo Rocha, político do grupo do presidente da república e seu porta-voz no Pará, certamente a ser mais favorecido por Brasília. Quais as possibilidades de Ana Júlia num bater de chapa com Paulo Rocha na convenção petista? Não será melhor conseguir todo o apoio do Palácio do Planalto e dos filiados do partido no Estado para a eleição municipal de 2004 e pensar em 2010?

Se a resposta for positiva, o outro desafio que se colocará para a candidatura de Ana Júlia será o desgaste de nunca concluir os mandatos para os quais o povo a elege? Esse detalhe deverá ser muito explorado na campanha e ela terá que apresentar argumentos sólidos para contrapor às críticas, que certamente virão para desgastá-la. Ela dispõe desses argumentos?

Se esse é o flanco aberto da provável candidata do PT, há também um ponto que está inquietando seu mais provável adversário. As pesquisas mostram uma expressiva rejeição ao nome do ex-governador Almir Gabriel. Ele ainda é o mais forte quando se pensa no novo prefeito de Belém, mas provoca reações sólidas em certos segmentos da população. Essa marca negativa poderá ser explorada na campanha, apresentando-o como um candidato elitista, autoritário, personalista. Uma boa assessoria de marketing político poderá desfazer essa tendência e apresentá-lo como a melhor escolha à disposição do eleitorado da capital?

O político Almir Gabriel não gosta de correr riscos. Mas se tiver que enfrentá-los, quer mantê-los sob controle, para evitar surpresas. Daí provavelmente sua cautela no lançamento da candidatura, que só deverá ir para as ruas depois de amadurecida e consolidada internamente (muitos tucanos gostaram de vê-lo pelas costas). E embora ele diga a todos os interlocutores que vai mesmo cuidar de suas orquídeas, no que mais ele pensa é em voltar ao poder.

Ana Júlia e Almir terão que abrir o jogo a partir de janeiro para que suas campanhas comecem a tempo de contornar os aspectos negativos ou problemáticos e cultivar os lados positivos. É aí que será declarada aberta a temporada de caça aos votos, quando aparecerão os personagens secundários ou derivados da disputa, como Duciomar Costa, Vladimir Costa, Manoel Pioneiro, Mário Cardoso, Cipriano Sabino ou Elcione Barbalho, seja para assumirem a cabeça de uma chapa ou a completarem como vices, se vices ainda houver (como parece provável, apesar das declarações em contrário).

Não quer dizer que até lá todos os pretendentes esperarão pelo desfolhar da margarida. Pelo contrário: cada um deles já está fazendo sua horta. Afinal, como diz o povo, Deus só ajuda a quem madruga. E a cidade já está cheia de madrugadores.

Alunorte

O cartel do alumínio está em plena febre de investimentos. Expande-se para se consolidar. A começar pela Alcoa, a mais poderosa das seis irmãs, que está reabrindo fábrica nos Estados Unidos e absorvendo outras empresas (entre as quais a Pechiney). Os preços da alumina, sobretudo, e do alumínio estão alcançando patamares excepcionais, justificando a retomada das aplicações em novas unidades e expansão das já existentes.

Nesse ambiente internacional é de se duvidar que seja duradoura a decisão da Companhia Vale do Rio Doce de congelar, por pelo menos seis meses, os planos de expansão da Alunorte, em Barcarena, e de ativação da mina de bauxita de Paragominas. O preço da alumina bateu em 285 dólares, mais de 10 vezes o que pode alcançar a tonelada do minério. A Alunorte deverá faturar algo próximo de 700 milhões de dólares no próximo ano. Mas com a terceira linha essa receita chegará a US\$ 1,2 bilhão. É muito dinheiro para depender de dificuldades de diálogo entre a empresa e o governo. Logo deverão estar acertando suas contas. Espera-se que diante do distinto público. E em favor do Estado.

A ameaça do fim da floresta paraense

Duas frentes de desmatamento ameaçam acabar com o que resta de floresta nativa de maior valor comercial na margem sul do rio Amazonas, dentro do território paraense. Uma frente mais antiga segue de leste para oeste e outra, mais recente, em sentido contrário. Ambas se dirigem para o que já se convencionou chamar de "terra do meio", o vale do Xingu/Iriri. Quando elas se encontrarem nesse bolsão de natureza ainda pouco alterada, dentro do qual há a maior densidade de mogno da Amazônia, poderá ser dobrado o réquiem, no Pará, por sua melhor floresta e algumas de suas espécies mais cobiçadas, como o mogno.

Em Marabá, um dos epicentros da frente mais antiga, do Araguaia, as áreas desflorestadas aumentaram 30 vezes em menos de 20 anos, passando de 2% da área do município, em 1974, para 60% em 2000. O número só não é mais dramático ainda porque esse levantamento exclui as áreas legalmente protegidas. Mas certamente já ultrapassou o limite para desmatamento estabelecido pelo Código Florestal, modificado através de Medida Provisória, que é de 20% da área dos imóveis rurais.

A frente de desmatamento mais recente, que caminha no sentido oeste-leste, é ainda mais selvagem, como puderam constatar os integrantes da rede te-

mática Geoma (Grupo de Estudos das Mudanças de Cobertura e Uso da Terra), reunidos entre 19 e 23 de setembro, em Marabá. Entre Marabá e São Félix do Xingu há uma "intensificação do desflorestamento, com eliminação das reservas legais e áreas de proteção permanente, e a importante expansão do processo em direção aos vales do Xingu e do Iriri, sob condições de exclusão social, violência e relativa debilidade dos sistemas de produção, registrando-se, no entanto, alguns progressos nas áreas social e econômica, nas regiões de ocupação mais antiga", diz o relatório de conclusão do seminário.

A ação das duas frentes é como um "efeito de tenaz", que, se não corrigido, provocará uma explosão de problemas na "terra do meio", que já está sofrendo e vai sofrer ainda mais pressão dos dois lados. Por sua ação mais intensa nos últimos anos, a frente São Félix-Iriri exige atenção imediata e redobrada. Segundo o relato do grupo Geoma, ela se dividiu em duas áreas principais. Uma delas se localiza a oeste de Marabá e ao norte de São Félix, onde o desflorestamento aumentou de 76 mil hectares para 133 mil hectares entre 1997 e 2000. No mesmo período, o desflorestamento passou de 36 mil hectares para 58 mil hectares na segunda área, situada na margem esquerda do Xingu.

Os efeitos danosos já bastante conhecidos na frente do Araguaia estão se repetindo, em escala ampliada, na do Xingu/Iriri: "A grilagem organizada, associada à pistolagem, como mostrou um evento recente em 12 de setembro, e diante da omissão (quando não da conivência) dos órgãos de gestão fundiária, deixa pouca ou nenhuma oportunidade à pequena produção, configurando-se numa faceta da apropriação da terra e da exclusão social", alertam os integrantes do Geoma.

As várias missões realizadas na região por órgãos governamentais para verificar denúncias de grilagem, extração ilegal de madeira ou trabalho escravo "conduziram a Polícia Federal a identificar, em São Félix do Xingu, importantes conexões (inclusive internacionais) do comércio de cocaína", informa o relatório final do seminário, acrescentando: "A lavagem de renda de atividades ilícitas (grilagem, madeira, tráfico, etc.), através de propriedades fundiárias legalizadas e firmas que participam ativamente da economia ilícita da região, e até mesmo de editais públicos, mostram a existência de redes de corrupção e influência, associadas ao processo de ocupação".

O asfaltamento da BR-163, a Santarém-Cuiabá, certamente terá um efeito multiplicador sobre todos esses problemas se não houver uma ação preventiva, corretiva e orientadora do governo, substituindo a omissão e a conivência atuais. Do contrário, o Pará à margem esquerda do rio Amazonas terá perdido grande parte da sua cobertura vegetal nos próximos anos, em troca de muito pouco, ou quase nada.

O relatório de Mr. Link

Os 50 anos da Petrobrás parecem ter servido de oportunidade para rever a avaliação sobre um dos mais polêmicos presidentes personagens da história da empresa, o geólogo americano Walter Link. Os nacionalistas o acusam de ter sabotado a prospecção de petróleo no Brasil logo depois que a Petrobrás foi fundada, em 1953. O famoso "relatório Link" seria a prova do crime, cometido a serviço dos americanos, particularmente da Standard Oil, dos Rockefeller, do qual fora empregado.

Em artigos publicados na empresa a propósito do cinquentenário foi reconhecido o acerto de Link no atacado e seus erros de varejo. Dividindo o Brasil em quatro faixas de prio-

ridade, ele permitiu à Petrobrás se concentrar em áreas de retorno mais imediato, ao mesmo tempo que indicou um caminho profícuo para empresa: a prospecção em outros países. Também teria sido uma contribuição positiva dele mandar técnicos da empresa para estudar e estagiar nos Estados Unidos, preparando uma competência técnica que se mantém até hoje.

O relatório Link teria acertado na Amazônia, colocando a bacia sedimentar, excetuado o Médio Amazonas, e o Acre na faixa D de prioridade. Só recentemente o Médio Amazonas se tornou produtor, três décadas depois que jorrou petróleo em Autás Mirim e Barreirinha.

Juros

A Argentina está falida, como pensa a opinião pública brasileira, mas a taxa de juros do país vizinho é quatro vezes menor do que a nossa. O juro na Argentina é o quinto maior entre 16 países que têm seus indicadores publicados semanalmente pela *Folha de S. Paulo* (e que examinei ao acaso). O primeiro lugar é brasileiro, com taxa de 20%. O segundo é na Venezuela, às portas de uma guerra civil, com 18,30%. Em terceiro lugar, a ainda crítica Rússia, com 16%. Em quarto, a Indonésia, 8,99%. E a nossa Argentina, com 5,06%. Depois, a Índia, com 4,57%.

A inflação anual brasileira é de 15%. A argentina, de 4,9%, equivalente ao juro. Já a Venezuela tem 26,6% de inflação.

Em matéria de juros, é como se vivêssemos numa guerra.

O pistoleiro matou e fugiu. A justiça acabou ajudando

Era quase nove horas da noite do dia 13 de maio em Tucumã, cidade do sul do Pará, a 670 quilômetros de Belém, quando a casa do vereador Adão Lote Resplandes de Souza foi invadida por dois homens. Um deles, mascarado, deu a cobertura para que o outro, de rosto descoberto, entrasse no banheiro, onde o vereador estava tomando banho, e lhe desse quatro tiros, dois dos quais, na cabeça, o mataram na hora. Depois fugiram de motocicleta.

Um dos dois filhos do vereador, de 12 anos, e sua mãe, testemunhas do assassinato, reconheceram, pela fotografia que lhes foi mostrada, o autor dos disparos: era Divino José Marciano, mais conhecido como Xerém, apontado pela polícia como membro de uma família de grileiros de terras em São Félix do Xingu, onde mora, e pistoleiro profissional.

Divino só foi preso quase quatro meses depois, em 1º de setembro, em Marabá. No dia 26 sua advogada, Aracélia Vieira, requereu no Tribunal de Justiça habeas corpus em favor de Divino,

alegando que sua prisão fora ilegal, por falta de provas ou mesmo de indícios suficientes de autoria do crime. Sorteada, a desembargadora Rosa Maria Portugal Gueiros, no dia 3 de outubro (mas com data datilografada equivocadamente como sendo de 3 de setembro), concedeu o HC em caráter liminar, mandando soltar o preso sem ouvir a autoridade coatora.

Argumentou que o cadáver não foi necropsiado, o reconhecimento do suposto assassino foi efetuado através de fotografia e o preso, por residir no “distrito da culpa”, podia responder ao processo em liberdade, como a lei faculta.

Como a decisão da desembargadora Rosa Gueiros demorou para ser publicada, quando saiu no Diário da Justiça já foi simultaneamente com uma outra decisão por ela mesma adotada, revogando a anterior. Por ironia, os dois despachos – um concedendo o habeas corpus e outro cancelando-o – saíram juntos, um debaixo do outro, na edição do dia 9 do Diário. O problema é que o alvará de soltura já havia sido cumprido. Solto, Divino sumiu. A polícia anda atrás dele, mas não conseguiu recapturá-lo. No intervalo de cinco dias ele deixou de ser

beneficiário de uma ordem judicial de liberação para se transformar em foragido da justiça.

A prisão preventiva de Divino Marciano (ô nome!) foi pedida pelo delegado Raymundo Benassuly e concedida pelo juiz Flávio Sanchez Leão com base “apenas na gravidade do crime e na sua repercussão na sociedade”, deixando de lado as exigências legais, reclamou a advogada Aracélia Vieira no pedido de HC, sustentando que não era admissível manter a segregação do seu cliente “por mera presunção ou apenas para atender aos reclamos públicos”.

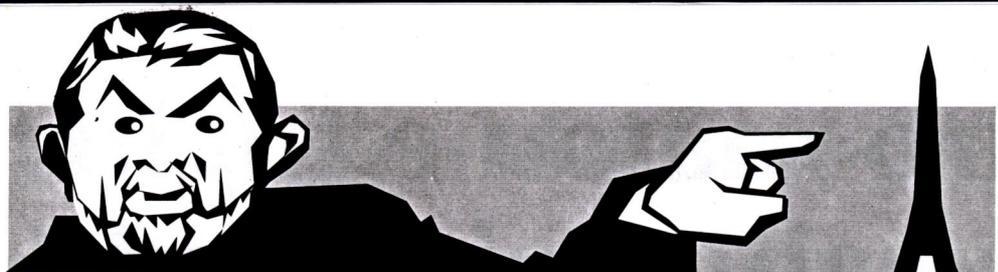
Ao deferir liminarmente o pedido, a desembargadora Rosa Gueiros se mostrou sensível ao argumento. Quatro dias depois, embora continuando a sustentar a base técnica da sua decisão, voltou atrás, por ter chegado ao seu conhecimento, “através da imprensa local”, que Divino “poderá evadir-se do distrito da culpa e assim obstaculizar a instrução criminal e a aplicação da pena, se condenado”.

Desgraçadamente, foi o que aconteceu – e o remédio, a revogação do HC, mostrou-se impotente para debelar o mal causado pela primeira decisão. Se, ao invés de deferir o alvará em caráter liminar, a desembargadora Rosa Gueiros tivesse se informado com a autoridade coatora, saberia que o Divino de batismo já tem ficha criminal alentada, acusado de homicídio; que é notoriamente conhecido como pistoleiro em São Félix, morando num bairro, o Taboca, que teria grande concentração de matadores profissionais, em alta porque o crime organizado se instalou definitivamente em São Félix do Xingu.

Esse, aliás, era um dos temas que mais estava preocupando a Câmara Municipal de Tucumã. O vereador do PSB era um dos que vinha denunciando a ação de grileiros e pistoleiros e um dos citados era Divino Marciano. Talvez por isso, ao invadir a casa de Adão para executá-lo, nem tenha se preocupado em esconder o rosto. A cara limpa talvez tivesse o sentido de um recado: que se tratava de vingança e ia ser consumada em maiores problemas. Com que garantia? Na impunidade.

O recado foi dado. Agora Tucumã que se cuide para que o circuito da ameaça não prossiga. A justiça, que podia ter interrompido esse círculo da matança, não o fez.





Memórias

Ira presidencial

Na sua recente visita a Cuba, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva conversou durante sete horas com Fidel Castro, em diversos encontros. Um deles, que durou hora e meia, teve a participação também do ministro José Dirceu, chefe da Casa Civil, e do assessor especial Frei Beto. Já no Brasil, depois de ter recebido críticas espalhadas pelo mundo, o presidente informou que essa *saison* foi integralmente dedicada aos direitos humanos. Imaginava, assim, calar os críticos, indignados pelas brancas nuvens oficiais sob as quais transcorreu o périplo do presidente-operário quanto ao tema dos direitos humanos, tão constante e intensamente violado pelo regime castrista.

Lula tem sua razão ao ressaltar que qualquer pronunciamento seu na ilha sobre temas privativos de Cuba seria uma deselegância e uma intromissão. Mas ele podia falar informalmente, antes e depois, e ser mais enfaticamente favorável às liberdades e garantias individuais na sua agenda, copiando um pouco a programação cumprida pelo então presidente Jimmy Carter na sua viagem ao Brasil do regime militar, na década de 70.

Se o presidente, dentro de gabinetes fechados, deu uma prensa (ou um truco) no camarada Fidel para aliviar a repressão aos opositores ou simplesmente independentes, isso é matéria para um futuro incerto e não sabido. Por enquanto, se dispõe apenas da palavra do presidente, que pode ser alguma serventia, mas certamente não serve de garantia plena de sua intervenção na delicada questão. Ainda mais porque a jura pós-

fato de Lula veio numa embalagem tão autoritária quanto a do seu amigo Fidel.

O presidente brasileiro reagiu irado às críticas que a organização "Repórteres sem Fronteira" lhe fez. Classificou-as de "descabidas". Não aceitou ser julgado a partir de Paris, onde fica a sede da ONG. "Como alguém pode ficar fazendo julgamento do meu comportamento com relação a Cuba, lá de Paris?", protestou Lula.

Ora, mesmo sendo presidente, nosso operário nem por isso se tornou imune a críticas. Elas são legítimas e podem ser corretas, ainda que feitas em Paris. Nenhum jornalista pode ser considerado (e se sentir) bom sem fazer coberturas especiais, em viagens. O enviado especial costuma cometer pecados, nem todos veniais, mas seu legado é altamente positivo, seja John Reed descrevendo a revolução russa, John Hersey a explosão atômica em Hiroxima, K. S. Karol o gulag soviético ou Euclides da Cunha a rebelião de Canudos.

Ao invés de puxar a carteira para sacar o "sabe com quem está falando" ou se preocupar com a origem geográfica da crítica, o presidente Lula tem que considerar esses fatos normais e responder aos seus interlocutores, ao invés de atacá-los autoritariamente, como costuma fazer, em Cuba, seu amigo Fidel Castro. Cuba é um exemplo impressionante de resistência à opressão externa (e que opressão, tão próxima!), mas não é nada exemplar – muitíssimo pelo contrário – na convivência com a pluralidade e a democracia nesses mais de 40 anos de mando vertical e absoluto de Fidel. Só não vê essa contradição quem não quer ver.

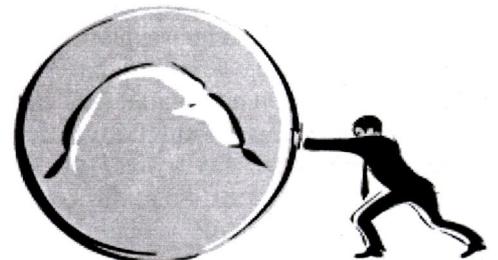
Floresta paulista

A Amazônia de São Paulo, o vale do Ribeira, foi favorecido, no mês passado, por uma decisão sábia do Ibama. O instituto indeferiu a licença de construção da hidrelétrica de Tijuco Alto, entre São Paulo e Paraná. A usina foi projetada pela Companhia Brasileira de Alumínio para gerar 150 megawatts, inundando uma área de 4.320 hectares.

Daria quase 20 hectares por MW. É uma área de inundação considerável para uma hidrelétrica pequena. Tucuruí, com seus 8,3 mil MW, inundou quase 290 mil hectares (aproximadamente 35 hectares por MW). Mas não foi só por afetar o

delicado equilíbrio do vale do Ribeira e a vida dos seus caiçaras (os caboclos paulistas) que a obra foi vetada. A turbinagem do reservatório revolveria o fundo do rio, onde uma garimpagem predatória, sobretudo de ouro, fez com que se acumulassem metais pesados, como chumbo, cobre e zinco.

Espera-se que a história se tenha encerrado e que a CBA, do empresário Antônio Ermírio de Moraes (em outros contextos um defensor da ecologia), tente outra forma de gerar energia sem danos para uma área tão suscetível a agressões quanto o vale do Ribeira.



Níquel

O grupo canadense Canico Resource Corp. anunciou que pode investir até 600 milhões de dólares na mina de níquel do Onça-Puma, na província mineral de Carajás. O investimento vai depender da pesquisa da empresa, cuja conclusão está prevista ainda para este mês. Segundo a empresa, a mina teria uma capacidade de produção de aproximadamente 23 mil toneladas por ano e entraria em atividade em 2006 ou 2007.

Peão

O presidente Lula anunciou, duas semanas atrás, que o tempo das vacas magras havia acabado. Seu primeiro-ministro de fato, José Dirceu, fez a errata logo em seguida: as vacas gordas deverão entrar no pasto dos brasileiros em nove meses (mais um parto), ou talvez 16 meses.

Sabe-se, pelo menos, que de vaca nosso presidente nada entende.

A vida nas ruas: bem sem valor

Acena me assusta e freio. Uma mulher, em sua bicicleta, desce a avenida Conselheiro Furtado. Nagarupa, mal-atracada, uma criança, que ainda não tem seis anos. As mãozinhas tentam se atracar às largas costas da mulher. Pode cair a qualquer momento na via de tráfego intenso. Paro sobre a sarjeta à espera da ciclista insensata, preparando-lhe um sermão. Talvez ela tenha intuído. Atravessa para o outro lado e toma a direção da contra-mão. Pelo retrovisor, acompanho a cena até que a bicicleta some numa transversal. Sobreviverão? Por quanto tempo?

Saio ruminando com a cena na cabeça. Há cada vez mais bicicletas nas ruas de Belém. Solução de emergência: o povão já não tem dinheiro para o ônibus diário. Recorre à bicicleta. É verdade: é necessário ter algum capital para imobilizar na compra. Mas se você reunir três pessoas que não estejam no *top* de linha da sociedade, alguém contará de pronto uma história de roubo de bicicleta. Vacilou, lá se vai a bicicleta. Olhos mágicos parecem estar à espreita do menor descuido para agir. Demanda aquecida de mercado, diagnosticará qualquer economista.

Duas ou quatro passagens de ônibus por dia pesam no orçamento. Resvala-se para o mercado informal: uma bicicleta usada pode ficar por 10% do preço original quando oferecida por um – digamos assim – descuidista. Daí a multiplicação do transporte sobre duas rodas não-

motorizadas. Já há até estacionamento para trabalhadores que se transportam por bicicleta. Um deles, numa vila, ao lado do Líder da Doca. Logo cedo as pessoas chegam para o serviço e deixam sua máquina para um rapaz, que vai enfileirando-as dos dois lados da passagem e depois fica cuidando delas com a fidelidade de um pastor de ovelhas. Aquele do sermão bíblico.

Daqui a pouco o ônibus ficará mais caro. Graças à encenação de sempre: as empresas pedem por cima para a prefeitura conceder pelo meio. A taxa de lucro reduz, mas é um bom preço a pagar para o sistema viciado permanecer intocado. Sai administração e entra administração no município, mas a mecânica permanece inalterada, a despeito dos discursos, à esquerda e à direita. Itinerários irracionais e excesso de veículos para guardar lugar, mantendo o oligopólio, o cartel.

Para quanto irá a tarifa agora? Talvez R\$ 1,30? Não é caro, talvez. Mas é insuportável para o povão, o que mais precisa do transporte coletivo. Podia-se reduzir as gratuidades ao mínimo, rigorosamente ao mínimo. Por que os Correios têm essa franquia, que não concedem a ninguém? Pois que acrescentem um *plus* aos seus carteiros? O judiciário também pode arcar com as despesas dos oficiais de justiça no cumprimento dos seus mandados. Não é para isso, também, que existe a taxa, um recurso extra-orçamentário de uso (e comprova-

ção) fluido? Por que policiais entram e saem dos ônibus sem-cerimônia? Não recebem vale-transporte? Se não recebem, que passem a receber.

Já a faixa de franquia para idosos pode passar para os 70 anos sem problemas ou ser modificada. Ao invés da carteira, os idosos receberiam um cartão magnético, com 60 passagens, por exemplo. Uma vez esgotado o cartão, passariam a pagar normalmente. A vantagem adicional seria acabar com a discriminação, que faz os motoristas “queimarem” as paradas quando há apenas um idoso esperando. Com o sistema através do cartão, nunca saberiam se o passageiro está no período de gratuidade ou não. Para isso, é claro, as empresas terão que instalar a catraca eletrônica e adotar melhorias para servir melhor o maltratado pessoal da terceira idade.

As pessoas bem postadas em seu transporte individual ou numa poltrona do poder costumam se esquecer que o transporte público de massa é uma concessão pública. Ou seja: um serviço em favor do público em geral e não de uns mandarinatos ou grupos de privilegiados. Tem que ser o melhor possível. Quando conheci Portland, a capital do Oregon, em 1990, me espantei ao descobrir que, na área central da cidade o transporte coletivo é completamente gratuito. Depois de estudos, a prefeitura descobriu que saía mais barato e melhor fazer assim do que tentar qualquer outro sistema. E isso num país como os Estados Unidos, vacinado contra o socialismo.

Por aqui, tomamos quando vemos cenas como a da mãe e sua filhinha na bicicleta. Comprovamos, mais uma vez, a undécima, que a miséria do povo e a pouca-vergonha dos seus representantes e dirigentes estão tornando a vida um bem sem valor.

Ana Maria

Quantos paraenses já foram notícia no jornal mais influente do mundo, o *New York Times*? E quantos foram notícia positivamente, engrandecendo sua terra? Ana Maria Martins está nesta lista exclusivíssima. Num jornal que tem editoria de culinária (cozinha & restaurante), com abrangência mundial, Ana Maria ganhou reportagem alentada pelo seu *Lá em Casa*. Mereceu atenção por haver dado à cozinha amazônica uma personalidade universal, uma das primeiras a conferir status a

pratos que até então se acomodavam num gueto culinário. Não foi por um exotismo primitivo ou pela sanguinolência da fronteira que Ana Maria teve sua foto publicada no *NYT*: foi por competência pessoal, que transmitiu e estimulou no filho, seu seguidor no restaurante.

Ana Maria Martins está se aposentando do negócio. Seus amigos e clientes lamentarão quando já não a encontrarem no *Lá em Casa/O Outro*), maravilhosa anfitriã que sempre foi, atenciosa, alegre, descon-

traída. Mas ficarão felizes se souberem que ela aceitou a aposentadoria para curtir melhor a vida, sem nunca deixar de voltar ao seu estabelecimento. Não só para partilhar seu invejável *savoir-vivre* com todos que tanto bem lhe querem, como para manter viva a marca registrada que imprimiu ao conjunto de restaurantes, hoje assumido pelos seus descendentes, à frente – por direito de conquista – Paulo Martins.



Para perenizar o agradecimento de uma terra à qual Ana Maria Martins serviu sempre com grande prazer, conzinha à Câmara Municipal de

Belém ou à Assembléia Legislativa do Estado conceder a essa pioneira um título de reconhecimento ao seu trabalho, que ela muito fez para merecer. Com ela, o Pará não foi notícia por seus miasmas, mas por seu lado positivo.

Casamentos

Foram realizados em Belém, em 1947, 918 casamentos. Os meses que tiveram mais casamentos foram dezembro (131), maio (115) e julho (85), Óbvio: proximidade com o natal, mês de Maria e férias. A distribuição continua semelhante?

Constellation

No primeiro dia de 1948 a Panair do Brasil anunciou ao distinto público que passaria a realizar viagens regulares Rio-Belém nos seus “já famosos” aviões Constellations (de quatro motores, a hélice), da “Frota Bandeirante”, “em seis horas de vôo direto”, sempre às terças-feiras. A passagem custaria 2.295 cruzeiros. Quanto, hoje, é difícil de dizer, num país que acumula quintilhões de inflação.

FOTOGRAFIA

Balé

Essa foto, de 1955, tem quase meio século. Mas nesse ano o jovem professor Augusto Rodrigues já estava realizando o V Festival de Ballet do seu Conjunto Coreográfico, que se tornaria uma das referências da vida cultural de Belém. Aqui ele posa com uma de suas alunas, Célia Maria da Silva, que executaria “com garbo e perfeição” duas peças, *Réplica dos Sinos* e *Lago Encantado*. Nem todas as adolescentes tinham vocação para a dança, mas todas as bem-nascidas de então tinham que passar pelas mãos do professor Augusto, que comandava com rigor e autoridade. O conjunto coreográfico que levava seu nome durou – e brilhou – por muitos anos.



Remédio

Nesse mesmo 1948 vendia-se nas farmácias o Iodolino, “indispensável” no período de crescimento das crianças por fortificar e desenvolver, corrigindo a nutrição e evitando as doenças desse período da vida. Para as meninas na puberdade, porém, o Iodolino servia de “garantia contra desarranjos futuros”. A propaganda, porém, não identificava os ditos desarranjos que poderiam advir. O remédio era vendido em garrafas de vidro, que custavam menos e tinham maior quantidade.

Água

A Adega Portuguesa no Pará garantia, em anúncio publicado ainda em 1948, que só tinha falta d’água na cidade quem queria. A empresa, estabelecida na avenida Senador Lemos 177, tinha “grande stock de barris de 250 litros, madeira de primeira qualidade”, que colocava à venda, na loja ou pelos telefones 3935 e 3343.

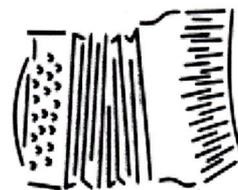
Ônibus

Em 1955, todos os dias, de cinco a seis ônibus da Viação Excelsior eram recolhidos à garagem com molas quebradas. Eram vítimas das péssimas condições da rua Antônio Baena, no perímetro entre Tito Franco (Almirante Barroso) e Duque de Caxias, “completamente intransitável, com buracos enormes”, conforme a queixa dos moradores. Os proprietários da empresa já ameaçavam suspender o atendimento do bairro da Matinha, com seus milhares de moradores, por causa dos prejuízos.

As ruas intransitáveis mudam, mas o problema continua.

Academia

Vencedores do concurso de literatura de 1955 da Academia Paraense de Letras: no gênero poesia, o padre Belchior Maia de Athaide com o livro “Bissextas”; de teatro, Cláudio Barradas, com a peça “O trovador de Deus”; menções honrosas foram concedidas a Cândido Marinho da Rocha, por seu livro de contos, a Lindanor Celina e Otávio Avertano, por seus livros de poesia.



Acordeon

Ninguém era considerado *por dentro* na década de 1950, em Belém, se não freqüentasse as aulas da Academia de Acordeon Prof. Alencar Terra, dirigida pelo professor Milton Assis. A turma de 1957 dos novos ases do instrumento, da nata da sociedade, era formada por Adolfo Tuñas Pinheiro, Alice Fernandes Noura, Aline Esteves Soares, Arlene Maneschky Horta, Cota Aguiar Benezecry, Fernanda Marques Marçal, Lea Faciola Pessoa, Maria Angelina Teixeira, Maria Auciliadora Mota, Maria Luiza Silva, Maria Renée Fidalgo, Mary Obadia, Nadir Amorim e Sílvia Souza Braga. Doze mulheres e só dois homens.



PROPAGANDA

O melhor sorvete da cidade

A Casa Aveirense, na avenida Independência 155, esquina da avenida Alcindo Cacela, se orgulhava de ser o melhor lugar para os paraenses realizarem, na metade da década de 40 do século passado, um de seus mais apreciados programas: tomar sorvete. “Nossa sociedade tem predileção por duas coisas”, proclamava um anúncio que inaugurava 1948: “o cinema e o sorvete. As principais famílias paraenses, depois de um bom filme, fazem questão fechada de um ótimo sorvete. Também, depois de umas voltas de ônibus, ou de um ‘footing’ na praça, nada melhor do que um sorvete bem feito”. A Aveirense, fundada mais de 50 anos antes e dirigida então por Álvaro Pina Lucas, Emanuel Resque e Fernando Raposo, havia contratado os serviços do mesmo técnico “que



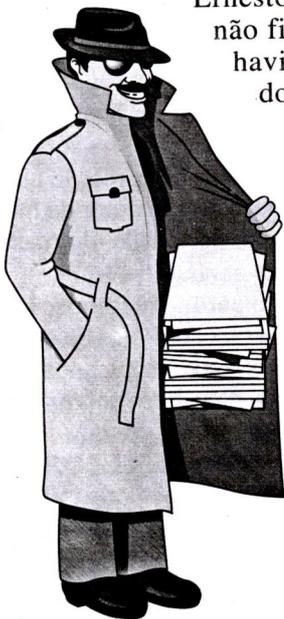
fabricava os sorvetes para a extinta Sorveteria Japonesa”. Por isso, as famílias belenenses, “e todas as pessoas de bom gosto e paladar requintado, quando desejarem passar horas alegres, num ambiente seletivo de distinção e respeito, saboreando os

mais admiráveis sorvetes e os melhores pratos”, deviam ir à Casa Aveirense, “a melhor e mais completa padaria, confeitaria, café, bar e restaurante”. Numa cidade “mais triste do que alegre”, com poucos “pontos de diversão onde se possa distrair as mágoas”, a

Aveirense se incluía entre aqueles lugares atraentes que podiam ser contados nos dedos na cidade, “onde a gente se sente bem e onde a vida nos parece, em verdade, vida”, como assegurava o texto publicitário puxado para o lírico.

Furto

O diretor da Biblioteca e Arquivo Público do Pará, Ernesto Cruz, deu queixa à polícia mas não ficou só nisso ao constatar que haviam desaparecido “papéis velhos” do prédio da BAP, em março de 1962. Quando contactado por um advogado ao qual os ditos papéis foram oferecidos por venda, saiu na pista e chegou a uma tipografia, que havia comprado o material como inservível ou destinado a reciclagem. Tratava-se, na verdade, de livros de atas da prefeitura de Belém do século XIX. Esses, retornaram. Mas outros podem ter-se perdido, temia o historiador. Cena freqüente num país dado ao desapareço por sua história.



Olhos

Em 1962 o oculista Paulo Dias avisava aos seus clientes que havia instalado em seu consultório, no edifício Fátima (na 28 de Setembro com a Presidente Vargas), “moderno laboratório de prótese ocular”, mas que só poderia atender com hora marcada, aos sábados pela manhã, “em virtude de detalhes que serão necessários” para a confecção da prótese. O telefone para contatos era 3095.

Rum

Para os arquivos dos adeptos da Cuba-Libre: as primeiras mil caixas do Rum Bacardi chegaram a Belém em março de 1962, transportadas desde Recife pelo navio Mauá, sob encomenda de Evaristo Rezende & Cia., representante comercial da firma pernambucana. O lançamento foi num coquetel realizado na sede do Automóvel Clube, no edifício Palácio do Rádio. Tim-tim.

O indispensável Arte Pará

O Arte Pará, da Fundação Romulo Maiorana, já é um item indispensável da agenda do Círio e um patrimônio dos paraenses. Precisa ser mantido. Mas seus promotores estão fazendo o contrário. A cada nova edição, o salão perde em qualidade. O deste ano é o pior de todos. O nível da média dos trabalhos é sofrível. Talvez nem se possa jogar a culpa sobre os selecionadores. O que é que eles não tiveram em suas mãos para classificar as obras postas em exposição?

Houve uma queda de nível na produção artística (local e próxima) ou os bons artistas já não querem mais expor no Arte Pará? Ou as duas coisas, ambas provocadas pela desatenta condução da mostra? Os especialistas que busquem a resposta, mas se houver nova queda no salão do próximo ano, ele vai se tornar completamente desnecessário. Quem possui certo nível de exigência não aparecerá mais na exposição. A deste ano pode ser vista (e mal vista) em, no máximo, 10 minutos.

O visitante sentirá a diferença comparando os trabalhos do Arte Pará com a sala contígua do Museu do Estado, que abriga artistas paraenses já consagrados (e por todos os bons motivos), como Ruy Mei-

ra, Benedicto Mello e João Pinto. Nessa sala, aliás, pode-se apreciar Kaminagai e Yoshio Yamada, que fundou o império empresarial mas não teve sucessores da sua destacada face de artista na família.

Maior choque terá o visitante quando, atravessando a praça e indo ao velho Palácio Azul, defrontar os tesouros da Caixa, com seus Portinari, Cavalcanti, Djanira e tantos outros, um privilégio para quem, na capital dos paraenses, fica tão ilhado dessas riquezas. E por isso, quem sabe, costume perder parâmetros e perspectivas.

Sugiro aos promotores do Arte Pará que, em 2004, suspendam a parte competitiva da mostra e façam um salão apenas com artistas paraenses convidados. Juntem gente criteriosa a um curador sensível para selecionar alguns dos melhores quadros e esculturas criados por artistas paraenses ao longo do século XX, se possível importando alguns trabalhos dos poucos dentre nós que conquistaram amplitude nacional e além-fronteiras deixaram algumas de suas obras. Talvez diante de um espelho desses os competidores caiam em brios e voltem a dar seu brilho a uma exposição que precisa mudar para continuar, sob pena de se tornar mero pretexto.

Maradei

A prefeitura de Belém tornou-se creadora de elogios quando homenageou o grande médico Humberto Maradei, batizando com seu nome o pronto-socorro do Guamá, inaugurado no ano passado. Passado o momento de festa, porém, verifica-se agora que essa foi mais uma obra de 1,99, marca da atual administração.

A única coisa que permite identificar a denominação do PSM é uma placa de metal ruim, colocada numa lateral do edifício, na qual mal se pode ler o nome

de Maradei (se é que, neste momento, ainda está legível). O convencional nesse tipo de homenagem é a placa de bronze ou moldar o nome do estabelecimento em concreto ou cimento em lugar destacado do prédio.

Para merecer de novo elogio a prefeitura de Belém precisa corrigir, urgentemente, esses maus modos, homenageando decentemente um cidadão que se tornou motivo de reverência na cidade a que tão bem serviu.

Hospital

O Banco do Brasil e o BNDES não jogaram centenas de milhões de reais apenas no Projeto Jari, que passou do milionário americano Daniel Ludwig para um consórcio de empresas nacionais liderada pelo grupo Antunes e, em seguida, para a Orsa, de São Paulo. Os dois bancos estatais entraram também com muito dinheiro na Cadam, a usina de beneficiamento de caulim que Ludwig transferiu para Antunes, isoladamente, e agora está sob o controle da Companhia Vale do Rio Doce, que assumiu a Caemi, holding do grupo Antunes. A Catemi tem 100% do capital votante da Cadam, ain-

da a maior produtora de caulim do Pará e do Brasil, mas apenas 61% das ações preferenciais. O Banco do Brasil tem 22% e o BDES, 17%. O que significa que devem ter entrado com mais de um terço dos investimentos da empresa, mas não interferem na sua administração, limitando-se a buscar seus dividendos, quando eles são distribuídos.

Ou seja: as instituições públicas ainda funcionam como pronto-socorros financeiros para empreendimentos privados, a pretexto das dificuldades decorrentes de sua instalação em áreas pioneiras ou por miásmas internos.



Nobel

Nos últimos 12 anos a África do Sul deu dois prêmios Nobel de literatura. Primeiro foi Nadine Gordimer,

em 1991. Agora é J. M. Coetzee. Ambos, da mesma geração, representando a minoria branca, 10% da população do país. Um homem e uma mulher. Os dois, solidários com a causa dos negros e empenhados (embora sob prismas distintos) no fim do *apartheid*, que subsiste à decretação formal da extinção. Escrevem em inglês, o que certamente facilitou se tornarem mais lidos e conhecidos.

De qualquer maneira, a África do Sul tem caminhado mais do que o Brasil, eterno candidato perdedor à premiação, na trilha da reforma social. Mudar a estrutura de injustiças herdada do colonialismo tem-lhe sido mais cara e dolorosa, mas, talvez por isso mesmo, mais valorizada. Nós temos desistido antes da hora. Daí, quem sabe, o único prêmio para um escritor em língua portuguesa ter ido para um português (José Saramago) e não um brasileiro. Embora tenhamos muito mais bons escritores – e a academia do Nobel nem desconfie.

CARTA

D. Alberto

Bastante decepcionante para mim a defesa aparentemente pouco empenhada que Jarbas Passarinho faz de dom Alberto Ramos. Pelo menos a defesa tal como ela aparece no **Jornal Pessoal** (edição 309). Talvez para o jornalista a quem originalmente dirigiu a carta na qual faz menção à atuação do arcebispo em 1964 ele tenha mostrado mais disposição de revelar o que conheceu a respeito de dom Alberto Ramos. Se fez isto, de qualquer forma não obteve maior repercussão. Este modo discreto de reagir à divulgação de informações sobre o Golpe Militar em Belém, chama a atenção, já que Passarinho dispõe de amplo espaço na imprensa local e consegue com facilidade publicar seus artigos nos jornais de São Paulo. Tem, portanto, todas as condições de dar um alcance à sua reação que eu, nem de longe teria, como autor de um livro publicado em nossa cidade - livro ao qual ele pretenderia contraditar.

Por que o velho coronel não quer fazer alarde sobre a atuação dele e de dom Alberto Ramos, em Belém dos anos de 1964? Quem leu o meu livro talvez tenha uma resposta a esta pergunta.

Oswaldo Coimbra